

Sangue  
mãrtil  
no Purus

# JUSTIÇA!

## O clamor está no ar

“Ela sempre foi uma presença muito viva, muito marcante, sobretudo pelo espírito missionário, espírito de dedicação pelo pobre e por todas as comunidades indígenas. A morte de Cleusa não foi uma morte em vão, foi uma morte que tem de produzir frutos”. Assim, a irmã Josefina, responsável pela casa da comunidade das Agostinianas Recoletas, em Lábrea, AM, definiu Cleusa Rody Coelho, duas semanas após ser assassinada no rio Pacia.

Ali, nessa casa, Irmã Cleusa, que coordenava o sub-regional Purus do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), passou seus últimos dias até pegar uma canoa e se dirigir à área do Caititu, dos Apurinã, onde foi assassinada dia 28 de abril. Acompanhava e apoiava os índios daquela região e fora para lá esclarecer notícias que corriam sobre a morte da esposa e de um filho do tuxaua Agostinho Mulato dos Santos, além de outro estar ferido (ver *PORANTIM* n.º 76). O responsável direto pelos crimes — o Apurinã Raimundo Podivem, que já fizera até curso de treinamento antiguerilha em Manaus e fora policial por cinco anos, estava

tentando pôr fim à vida do combativo tuxaua. Fora contratado, ao que tudo indica, por castanheiros e latifundiários interessados nas terras dos Apurinã.

Magra, aparentemente fraca, simples e cordial. Assim era a primeira impressão que Cleusa causava. Mas, a impressão inicial de fraqueza se desfazia quando se conhecia seu trabalho, sua luta e seu poder de transformar, com atos concretos, o mundo em que vivia. A congregação a que pertencia, cegos, hansenianos, estudantes e índios que partilharam de sua vida nos últimos vinte anos são os melhores definidores da meiga Cleusa.

“Eu propus que ela descansasse um pouco, mas ela nunca aceitava. Achava que não devia parar. Dizia que, enquanto a gente podia, deveria trabalhar e que temos de aproveitar enquanto estamos vivos”. Quem conta é irmã Ana Salvador, superiora regional das Recoletas, que conhecia a dedicação da missionária, pois a acompanhara, algumas vezes, em visitas às áreas indígenas da região de Lábrea. “Ela era uma pessoa que sempre questionava, vivia questionando. Era a parte que eu via mais positiva nela. Ela, sempre questionando, colocava a gente pra caminhar”, diz Ana.

Questionando-se e levando os que a rodeavam a questionar o mundo em que viviam, cada vez mais Cleusa se aprofundava na opção pela causa indígena. Estudava e se preparava para o trabalho com extrema dedicação. Para Irmã Josefina, o apoio que ela recebia do Cimi, para realizar o trabalho a que se propunha, ajudava muito.

Da casa das Irmãs Recoletas vamos ao bairro de Fátima, também em Lábrea, onde vive um grupo de Apurinã. Lá, Cleusa também prestava assistência ao grupo. Dona Cecília, uma das mais velhas do



bairro, é a primeira a falar. “Eu tou passando mal pelo susto que passei com a notícia que ela tinha morrido. E tu assim, bem dizer, à toa e não tem mais determinação pra nós. Quando ela era viva, aconselhava nós, pra gente plantar e fazer as coisas. Pra nós deixar de ser desunido”.

Francisca Borges da Silva, também Apurinã fala do sentimento de orfandade que a morte de Cleusa lhe provocou. “Eu me sinto doente e sem sentido porque, ela faz como o meu velho pai. Eu não tenho mãe. Conheço ela como mãe e como pai.

Então ela (Cleusa) ficou no lugar de nossa mãe, de minha mãe e irmã”. Mas Francisca não lembra somente o que a irmã, mãe e pai para muitos, ali, fazia por eles. Lembra que “quem vive no nosso Amazonas, aqui jogado como caboclo, morre e não tem punição”. É ela e a população pobre de Lábrea, amiga de Cleusa, que continua exigindo respostas às perguntas lançadas na manifestação de protesto, durante seu enterro: Onde estão os reais assassinos? Até quando os opressores de Lábrea continuarão impunes? Até quando?



Dona Cecília, Apurinã

## Cronologia da Conquista e da Resistência na Ameríndia

\* 3 de julho de 1492 — Cristóvão Colombo parte, em sua primeira expedição, que atingiu as ilhas Bahamas a 12 de outubro. Seria o “descobrimto da América”

\* 15 de julho de 1976 — O índio Simão Bororo e o missionário salesiano Rodolfo Lunkenbein são assassinados em Meruri-MT, durante o ataque de 62 fazendeiros à sede da missão. João Mineiro comandou o crime (ver *PORANTIM* n.ºs 10 e 18).

\* 19 de julho de 1979 — Na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional conquista a vitória final, na guerra contra a tirania de 40

anos da família Somoza, que deixou 50 mil mortos (2% da população do País).

\* 20 de julho de 1910 — Sob a inspiração do Marechal Cândido Rondon, é criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Fruto da ideologia protecionista e inspirado no Positivismo, o SPI propõe-se “defender, amparar e integrar os selvagens à civilização ocidental e cristã”.

\* 10 de agosto de 1977 — Morre, na França, Frei Tito de Alencar Lima. O dominicano brasileiro, torturado brutalmente em 1969 pelo delegado Sérgio Fleury, carregara, para o

exílio, os fantasmas da repressão da ditadura militar, que o levaram a um estado de desajuste mental e, finalmente, à morte, por suicídio.

\* 11 de agosto de 1588 — Os Jesuítas chegam a Assunção, Paraguai. Iniciaram imediatamente a “reforma espiritual” da capital e da província.

\* 22 de agosto de 1980 — Tem início o Primeiro Congresso dos Povos Indígenas da Amazônia Equatorial, que se encerra dia 24, com a formação da Confeniae (Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatorial).

\* 26 de agosto de 1780 — Tupac Amaru e Tupac Katari iniciam uma

rebelião, que dura até 1783, e se estende por um imenso território, do norte da Argentina até o sul do Peru. Essa revolução ameaçou a existência da colônia espanhola na América do Sul e abriu caminho para as guerras de independência, dirigidas por crioulos e mestiços.

\* 29 de agosto de 1932 — O Inca Atahualpa é executado covardemente por ordem de Francisco Pizarro, no Peru.

\* agosto de 1977 — Em Kiruna, Suécia, realiza-se a II Assembléia do Conselho Mundial dos Povos Indígenas (CMPI).

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

*Porantim*

Data:

*Julho/Agosto/88*

Class.:

Pg.:

*16*

# Mártires fortificam resistência apurinã



Rio Pacia. Canoa carregada de castanha (acima)

O secular sofrimento dos Apurinã coincide com a história do extrativismo no rio Purus, Amazonas. Povo numeroso e aguerrido, foi envolvido no sistema de extração do látex e absorvido pelo modo de vida da população envolvente. Hoje, muitos deles se encontram desaldeados e desarticulados social e politicamente, dispersos ao longo do Purus, desde Boca do Acre até sua foz. Somam três mil pessoas. Vítimas do desprezo e da exploração dos brancos, sem escolas nem atendimento de saúde, vêem-se desamparados pela Funai, que até hoje só lhes fez promessas. A falta de garantia da terra acabou fomentando divisões internas, a dispersão e a perda da própria identidade.

Mas, este panorama sombrio começou a mudar, com a organização dos índios. Em meados de junho de 1979, realizam um encontro com a participação de mais de 50 Apurinã. Problema de terra e exploração por parte dos poderosos da região de Lábrea são as questões centrais. Em outubro do mesmo ano, participam de reunião de chefes indígenas, juntamente com lideranças Kaxinawá, Paumari e Jarauara. Uma constatação unânime é expressada por um dos participantes: "Nós vive chutado, de um lado pra outro, como cachorro sem dono".

Ainda em outubro de 1979, é realizada uma importante reunião dos Apurinã. Agostinho Mulato dos Santos é aclamado tuxaua da aldeia Japiim e Edilson Ribeiro da Silva é escolhido seu ajudante. As aldeias de Japiim, Arapaçu e Caititu, formam a Área Indígena do Caititu, que, incluindo os índios que vivem em Lábrea, abriga mais de 250 Apurinã. Em janeiro de 1980, Agostinho inicia a peregrinação para tentar regularizar a área.

Não conformados com a reorganização e a resistência dos Apurinã, os exploradores e saqueadores das terras daquele povo começam a reagir. Passam a fomentar, entre a população de Lábrea, o desprezo e ódio pelos índios. Brigas provocadas e outros problemas não faltaram, durante estes anos. A tensão entre índios e os posseiros que ocupam a reserva tornou-se permanente, agravada pela indefinição da Funai em relação à demarcação e também pela ação intrusa do Incri, que, em 1983, invadiu a área.

Voltando a 1979, melhor se compreende a origem do problema que culminou no assassinato da esposa do tuxaua Agostinho, Maria, de seu filho Arnaldo, e da Irmã Cleusa (ver página 16 e PORANTIM n.º 76), em abril pp. Naquele ano, o delegado da 8ª DR da Funai, Apoena Meirelles (hoje promovido, pela "nova República", a superintendente-executivo do órgão, em Brasília) prometeu aos Apurinã do Caititu uma reserva nas proximidades da Lábrea. A pedido da própria Fundação, os índios fizeram um travessão demarcatório na área designada. Quando o trabalho terminou, os Apurinã viram-se traídos por Apoena que, no início do ano seguinte, recuou e declarou inviável a reserva, por ocupar perímetro urbano. A atitude do delegado da 8ª DR tornou-se ainda mais comprometedor quando ele se propôs, inconstitucionalmente, a lutar junto ao Incri e a Prefeitura de Lábrea para conseguir lotes individuais para cada família.

Em 1983, meses depois da situação explosiva, criada pelo Incri ao invadir a reserva apurinã, a Funai enviou um Grupo de Trabalho para delimitar a área indígena do Caititu — aproximadamente 350 mil hectares. O levantamento foi superficial e provocou maior tensão entre índios e posseiros. Em março pp, Apoena convocou o tuxaua Agostinho para ir a Porto Velho, RO, onde estava a sede da DR da Funai que atendia a esse povo. Lá, forçou um acordo no qual Agostinho permitiria a retirada da produção de castanha da reserva "por pessoas que habitam as terras devolutas do rio Pacia, até o final da safra". Isso foi interpretado, pelos posseiros, como proibição para os índios quebrarem castanha ali. Como consequência, a safra de 1984 foi colhida num clima de muita tensão.

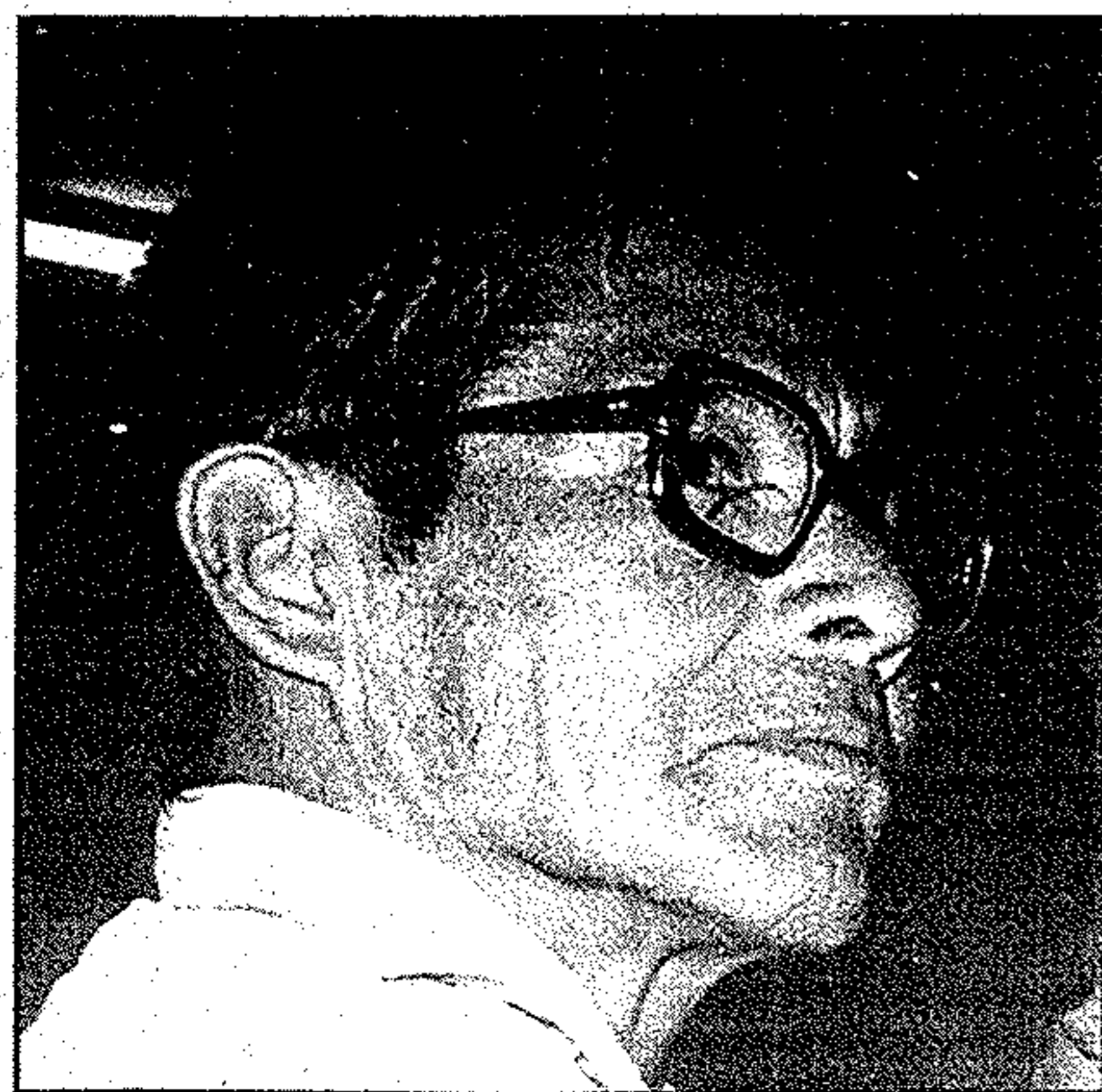
Cansados de esperar uma solução para o caso, no final do ano passado, os Apurinã do Pacia resolveram colocar barreiras no rio, para impedir a entrada de coletores de castanha. Houve reação. Um técnico indigenista da Funai foi à área. Sua viagem resultou no seguinte acordo: metade da produção da castanha retirada da reserva deveria ser entregue, pelos posseiros, aos índios da aldeia mais próxima da exploração. Deveriam ainda ter a necessária autorização da Funai para ingressar na área.

"Eu venho pedir ao senhor que tome providências na nossa terra, antes da época da castanha, que começa em dezembro ... A dona Ana Maria da Paixão, da Funai, veio aqui e não estou de acerto com o que ela fez. Deu autorização para branco entrar na área, quebrar castanha, até chegar a demarcação" é o que registra uma carta do tuxaua Agostinho, enviada ao presidente da Funai, a 4/10/84. Nela, ainda diz: "Nós não concordamos. Os brancos dizem que vão entrar, os índios não querem e, se acontecer qualquer mal, os responsáveis vão ser vocês aí". O recado do tuxaua não deve ter sido lido por ninguém. Seis meses depois, devido ao problema expresso no recado, sua esposa, um filho e uma missionária foram assassinados brutalmente.

Não contente com a tragédia que contribuiu para ocorrer, o então delegado da 8ª DR da Funai, Apoena Meirelles, passou a divulgar notícias inverídicas e fantasiosas sobre o caso. Além disso, a Funai teve atuação displicente e irresponsável e tem assumido posições contraditórias em relação ao conflito, dando a entender que se trata de uma simples briga entre os Apurinã.

Depois dos crimes, diversas reuniões foram realizadas na área do Caititu. Em todas elas, os Apurinã exigem maior empenho na prisão do assassino Raimundo Podivem, e de seu pai e outro, também envolvidos diretamente na chacina. Exigem ainda a prisão dos mandantes e fornecedores de armas, munições e meios de transporte para os crimes.

Quem pensou que a violência desatada na área iria fazer Agostinho emudecer, está enganado. No início de junho, após participar de um encontro de lideranças indígenas (ver páginas 5 e 6), esteve em Brasília. Sempre acompanhado do tuxaua José, da aldeia do Caititu, exigiu garantia das terras aos Apurinã e punição para os criminosos. Após alguns dias de peregrinação pelos corredores burocráticos do Distrito Federal, os dois tuxaus conseguiram uma primeira vitória: a ida de dois Grupos de Trabalho para a área. A primeira equipe se restringia a um advogado da ineficiente Procuradoria Jurídica da Funai e uma enfermeira. A segunda equipe vai se deslocar para a região para reestudar a área, já delimitada, e fazer a demarcação.



1 — Tuxaua Agostinho, de Japiim  
2 — Apurinã que vivem em Lábrea  
3 — Família da aldeia Caititu

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Porantim

Data:

Fevereiro/Agosto/85

Class.:

171 (cont.)

Pg.:

7